

Assunto: Marca-passo...	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter: diário urbano
Página: A6	Data: 26/08/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Marca-passo...

A Defensoria Pública conseguiu feito inédito em Pernambuco. A Justiça, em Caruaru, acatou pedido de liminar obrigando o governo do estado a adquirir um marca-passo diafragmático para uma menina de 3 anos e a cobrir as despesas da cirurgia, honorário e médicos. O marca-passo está avaliado em R\$ 125 mil.

Assunto: Cliente da Oi paga e fica sem serviço	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: ECONOMIA	Seção/Repórter:
Página: 6	Data: 26/08/2014

Cliente da Oi paga e fica sem serviço

Alguns consumidores da Oi têm demonstrado insatisfação em relação aos serviços contratados e pagos, porém não funcionam. O cliente quita suas obrigações e a operadora não cumpre seu papel. O pior, para eles, é que reclamar junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – que tem as funções de regulamentar, outorgar e fiscalizar – também não tem adiantado. A reportagem do **JC** recebeu algumas dessas reclamações durante a semana passada. Após contato, a empresa rapidamente solucionou os casos.

Uma delas é do leitor Alfredo Pazzola, morador do Carmo, em Olinda, Região Metropolitana do Recife. Ele possui um pacote Oi Conta Total, que dá direito à telefonia móvel, telefone fixo e internet numa mesma conta. Apesar de ter quitado o pagamento, ele estava sem nenhum dos três serviços à disposição desde o dia 24 de julho. “Reclamar com a empresa já não adianta. Entrei em contato com a Anatel duas vezes, e nada”, protesta Alfredo. De acordo com ele, a Oi chegou a dizer que daria o desconto na próxima conta

pelos serviços pagos e não utilizados. “Eu já frisei que não quero o desconto, quero o serviço por completo”, acrescenta.

Outro caso semelhante, que chegou à redação, foi o da empresária Grace Wanderley de Barros Correa. Ela administra uma clínica que possui endereço na Macaxeira, Zona Norte do Recife. Há dois meses, também apesar da conta quitada, o local está com o telefone fixo cortado. Revoltada e, após várias tentativas de solucionar o problema através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e fazer registros na Anatel, Grace resolveu partir para o âmbito jurídico.

O advogado Rodrigo Machado distribuiu, na semana passada, uma ação judicial pedindo que fosse concedida uma liminar determinando o restabelecimento do serviço sob pena de multa. “Infelizmente o TJPE demora para distribuir ações e, principalmente, demora para fazer a apreciação de pedidos formulados pelos consumidores”, aponta Machado.

Em nota, a Oi informou “que os casos dos clientes mencionados pelo veículo já foram resolvidos”.

Assunto: Cliente da Oi paga e fica sem serviço	
Veículo: JC Online	Data: 26/08/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Cliente da Oi paga e fica sem serviço

Leitores relatam abusos cometidos pela empresa

Alguns consumidores da Oi têm demonstrado insatisfação em relação aos serviços contratados e pagos, porém não funcionam. O cliente quita suas obrigações e a operadora não cumpre seu papel. O pior, para eles, é que reclamar junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – que tem as funções de regulamentar, outorgar e fiscalizar – também não tem adiantado. A reportagem do JC recebeu algumas dessas reclamações durante a semana passada. Após contato, a empresa rapidamente solucionou os casos.

Uma delas é do leitor Alfredo Pazzola, morador do Carmo, em Olinda, Região Metropolitana do Recife. Ele possui um pacote Oi Conta Total, que dá direito à telefonia móvel, telefone fixo e internet numa mesma conta. Apesar de ter quitado o pagamento, ele estava sem nenhum dos três serviços à disposição desde o dia 24 de julho. “Reclamar com a empresa já não adianta. Entrei em contato com a Anatel duas vezes, e nada”, protesta Alfredo. De acordo com ele, a Oi chegou a dizer que daria o desconto na próxima conta pelos serviços pagos e não utilizados. “Eu já frisei que não quero o desconto, quero o serviço por completo”, acrescenta.

Outro caso semelhante, que chegou à redação, foi o da empresária Grace Wanderley de Barros Correa. Ela administra uma clínica que possui endereço na Macaxeira, Zona Norte do Recife. Há dois meses, também apesar da conta quitada, o local está com o telefone fixo cortado.

Revoltada e, após várias tentativas de solucionar o problema através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e fazer registros na Anatel, Grace resolveu partir para o âmbito jurídico. O advogado Rodrigo Machado distribuiu, na semana passada, uma ação judicial pedindo que fosse concedida uma liminar determinando o restabelecimento do serviço sob pena de multa. “Infelizmente o TJPE demora para distribuir ações e, principalmente, demora para fazer a apreciação de pedidos formulados pelos consumidores”, aponta Machado.

Em nota, a Oi informou “que os casos dos clientes mencionados pelo veículo já foram resolvidos”.

Assunto: Corregedoria realiza cerca de 400 casamentos em PE	
Veículo: CNJ	Data: 26/08/2014
Editoria:	Seção:



Corregedoria realiza cerca de 400 casamentos em PE



A cidade de Tracunhaém (PE) recebe, entre esta segunda-feira (25/8) e quarta-feira (27/8), os programas Um Passo a Mais para a Cidadania e Semana da Conciliação, da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O objetivo é resolver com eficiência e celeridade as questões relacionadas, principalmente, ao registro civil e ações de família, além de efetivar a realização de audiências e conciliações. A iniciativa é fruto de parceria com a Associação dos

Registadores das Pessoas Naturais de Pernambuco (Arpen/PE) e com o Fórum de Tracunhaém, além da colaboração de várias instituições da cidade.

"Minha gestão prioriza o cidadão. É importante que todos tenham acesso a um serviço jurisdicional de qualidade, não apenas na capital, mas também no interior, onde reside uma população carente e sofrida", explica o corregedor-geral da Justiça, desembargador Eduardo Paurá. A expectativa é de que sejam realizados 130 casamentos coletivos no dia 27.

De acordo com o juiz Faustino Ferreira, titular da comarca de Tracunhaém, a novidade é uma parceria com os Poderes Executivos estadual e local, Ministério Público, Defensoria Pública, Senac, associações dos Artesãos e das Mulheres de Tracunhaém, além de igrejas.

Agenda - No dia 27 de agosto acontecerá o grande momento do programa com um casamento comunitário, onde aproximadamente 130 casais vão formalizar as uniões. Toda a comunidade local se envolveu com o evento. Artesãos, decoradores, fotógrafos, cabelereiros, maquiadores e até donos de buffets trabalharão como voluntários. Todos estão empenhados na realização de um dia especial para os casais. Outra novidade da ação é a ampliação da parceria com Secretaria de Defesa Social (SDS) e o número de audiências que serão realizadas na semana.

"Nossa intenção é de trazer à casa da Justiça as ações e os serviços de promoção da cidadania, aproximando a população ao Poder Judiciário, envolvendo todos os setores da comunidade na prática do bem comum", afirma José Faustino Ferreira, juiz da comarca de Tracunhaém. O casamento tem como meta atingir o público que já vive em união estável com o parceiro(a), mas ainda não formalizou o casamento civil pelas dificuldades dos procedimentos, bem como por questões de ordem financeira.

Um Passo a Mais - O programa beneficia, mensalmente, comarcas com índices elevados de sub-registro e de ações de família, com atendimento à população, acesso a certidões de nascimento e de casamento, realização de casamentos comunitários e reconhecimento voluntário de paternidade. Também são oferecidas palestras com a distribuição de informativos para o público em geral a respeito das atividades dos registradores civis.

Durante a ação, uma equipe especial da Corregedoria vai colaborar com juízes e servidoras do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ). "A conciliação é um meio alternativo de solução de conflitos que, além de trazer inúmeros benefícios às partes, desafoga o judiciário e possibilita uma prestação jurisdicional célere e eficaz, sendo de capital importância a difusão da cultura da conciliação como busca da paz social", explicou o corregedor Eduardo Paurá. A CGJ tem como funções principais a orientação e a fiscalização dos serviços judiciais em todo o estado.